



História e Jornais: diálogos sobre a produção historiográfica¹

ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros²

RESUMO: O presente artigo visa pensar as relações entre a História e Jornais. Em caráter introdutório o texto liga o surgimento da Imprensa no Brasil e o uso dos “produtos jornalísticos como fontes historiográficas”. E estabelece diálogos sobre os dilemas de memória, letramento, representatividade, objetividade e função social da Imprensa. Perpassa os impasses teóricos metodológicos e concatena-os à proposta de Luca sobre método de trabalho com fontes hemerográficas. Neste sentido, o escrito expõe ponderações advindas de experiências de pesquisas feitas ao longo dos últimos anos que resultaram em tese de doutoramento, orientações de especialização e graduação. O referencial usado aqui se aporta em obras sobre História da Imprensa e Fontes Históricas de Luca, Sodré, Barbosa, Cruz e Peixoto

PALAVRAS-CHAVE: História do Jornalismo; fontes históricas e hemerográficas.

INTRODUÇÃO: Reminiscências do surgimento da Imprensa no Brasil e de sua inauguração como fonte histórica e/ou objeto de estudos

Em que pese a História do Brasil ser anterior a ocupação portuguesa e por conseguinte, mais antiga do que a introdução da cultura letrada, inegável é a ênfase dada aos estudos a partir dos registros escritos feitos pelos colonos e administradores a serviço do Estado Português.

Em desfavor da oralidade dos autóctones, do não letramento de boa parte dos colonizadores portugueses e seus descendentes nascidos no Brasil, tradicionalmente afirmamos que a Imprensa no Brasil teve seu primeiro exemplar feito em nossa terra durante o Período Joanino, logo após a criação da Imprensa Régia (fundada em maio de 1808). Todavia, se pensarmos em um referencial não apenas territorial, considerando a

¹Trabalho apresentado ao GT *História do Jornalismo* do IV Encontro Regional Norte de História da Mídia, realizado em 19 e 20 de maio de 2016.

² Professora Adjunta II do Centro de Filosofia e Ciências Humanas Doutora em História Social com a tese *A cavalo dado não se olham os dentes: O Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na Imprensa (1890-1909)*, apresentada junto a Programa de Doutorado em História Social da FFLCH/USP, em modalidade interinstitucional entre USP/UFAC.



ideia de quem era o produtor e para quem se produzia o jornal seguindo a perspectiva proposta por Barbosa (2010), observaríamos marco inicial divergente e não consequente da Imprensa Régia. Posto que o primeiro dos jornais em língua portuguesa elaborado por brasileiro e com foco no contexto político de sua época foi o *Correio Braziliense* (SODRÉ, 1966), no entanto, sua publicação era feita na capital britânica e de lá distribuído clandestinamente para o Brasil.

A impressão de um jornal de e para brasileiro em Londres, corrente no Brasil sem permissão das autoridades portuguesas foi advento da situação de Hipólito José da Costa Pereira que fundou o *Correio Braziliense*. Hipólito da Costa tinha outrora sido diretor da Imprensa Régia em Lisboa, mas sofreu perseguições da Inquisição sob acusação de integrar a Maçonaria. Desta feita, tornou-se foragido e foi radicar-se na Inglaterra, de onde redigia o periódico sob forte influência iluminista, com críticas e comentários à política lusitana sem submeter-se à censura real.

Contudo, o caráter territorial diferenciado do *Correio Braziliense* não se devia exclusivamente à situação de seu proprietário, mas também a vedação às “oficinas tipográficas” no Brasil Colonial (SCHWARZ, 2015, p. 183). Proibição extinta em maio de 1808 e nem sempre respeitada recordam Schwarcz e Starling com base nos escritos de Rizzini, já que em noticiavam-se iniciativas de estabelecimentos tipográfico no Recife em 1706 e no Rio de Janeiro em 1746 (RIZZINI, 1988, p. 310).

Fato é que, a vinda da Casa Real de Bragança ao Brasil no início do XIX representou mais do que a abertura dos portos às “nações amigas”, causou grande impacto com a mudança de corte portuguesa e a introdução de seus hábitos sociais, políticos e culturais. Significou deslocamento de gentes, modos de vida e grande volume de obras literárias (com os livros que compunham a biblioteca real) (SCHWARZ, 2002), além de acarretar a demanda pela oficialização da administração e impulsionar a criação da Imprensa Régia. De tal sorte que possibilitava a publicação de documentos oficiais e demais obras, resultando disto, a partir de 10 de setembro de 1808 a circulação sob a responsabilidade do frade Tibúrcio José da Rocha da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro periódico escrito, impresso e com trânsito livre no Brasil.



Com características de imprensa estatal, que era produzida dentro de um órgão público e redigida sob a égide do padroado, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era composta por atos oficiais, apologia à família real, reprodução de textos extraídos de jornais europeus favoráveis à monarquia e contrários aos franceses. Os conteúdos, o teor laudatório e oficioso de a *Gazeta do Rio de Janeiro* não escapavam às críticas de Hipólito Costa e do *Correio Braziliense*.

Não tardaria para que a imprensa se espalhasse pelas terras brasileiras e chegasse ao norte, de tal forma que em 1821 a *Gazeta do Pará* tornou-se o primeiro jornal a circular pela Amazônia. O periódico era produzido em Lisboa e trazia notícias da Corte Portuguesa, sendo usualmente afixado em locais públicos da capital da província do Grão-Pará. No entanto o jornal não foi longevo, porém a experiência inicial de produção de um noticiário impresso na e para Amazônia se concretizou em maio de 1822 com “O Paraense”, mediante a aquisição de equipamento prelo em Portugal e contratação de tipógrafos europeus feita por membros da iniciativa privada, conforme atesta Ferreira (2005).

Então, instaurada e espalhada a imprensa no, do e para o Brasil (fosse de caráter independente, clandestino ou oficial) inaugurava-se sua condição de fonte histórica e/ou de objeto de estudos. E assim a Imprensa adquiriu novos significados enquanto elemento sobre o qual se constitui uma pesquisa e se desenvolve a escrita da História, agregou o atributo de ser o elemento central a ser investigado para produção e escrita da História. Neste sentido os jornais foram e continuam sendo investigados à exaustão para o estudo das memórias da sociedade brasileira seja àquela contemporânea a Independência, Imperial, das Regências ou Republicana. Acarretando a produção de materiais sobre a História e Historiografia da Mídia, ou enveredando pela História do Jornalismo em que podemos citar exemplo de texto como “História da Imprensa no Brasil” de Sodré (1966), clássicos como “Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa” de Kucinski (1991), ou mesmo o já mencionado “História Cultural da Imprensa” de Barbosa, ou ainda o recente “História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma” de Pilagallo (2012). Não obstante tão profícuo campo de diálogo entre a História e a Imprensa, vamos nos limitar a nossa análise exclusivamente



para a Imprensa como fonte histórica, com os problemas e as suspeições que lhe são atribuídas.

DA IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA: representatividade, objetividade, tempos, espaços, formatos, meios, finalidades, financiadores e públicos.

O uso das fontes hemerográficas para pesquisas ou para produção historiográfica se depara com questões correlatas ao que chamaremos doravante de “dilemas” da memória e letramento, da imparcialidade e objetividade, assim como do (con)tato e trato das fontes. Entendendo como dilemas reflexões que a princípio poderiam nos parecer adversas e por isso excludentes das fontes hemerográficas para a escrita da História, no entanto que consolidam ou no mínimo corroboram a consolidação de nossas convicções ao desenvolvimento de estudos com os veículos de comunicação escritos.

Então, partindo de premissas básicas de que “fontes hemerográficas” englobam periódicos de diversas ordens (sejam revistas ou jornais científicos, extra-científicos, de movimentos clássistas entre outros, de discussão política, etc), com distintas finalidades, financiadores e públicos. Recordando ainda das diferentes temporalidades em que foram produzidos e vinculados. E por fim considerando que os periódicos podem e têm se propagado tanto em meio físico quanto digital (sobretudo neste último com grande velocidade) nos vemos impelidos a pensar no quão representativas de uma época e de uma sociedade podem ser as fontes hemerográficas. Isto porque, o uso destas fontes de caráter escrito são questionáveis quanto ao seu acesso e caracterização das demandas de uma sociedade.

Na verdade, a discussão sobre o peso das fontes hemerográficas é amiúde e ecoante, em especial ao empregá-las para pesquisas sobre países como o Brasil, onde temos em grande parte de nossa História o letramento como excludente social, não obstante os dados de redução do analfabetismo na atualidade (e sem adentrarmos nas polêmicas sobre analfabetos funcionais). Esse debate sobre representatividade da maior parte da população nos jornais escritos se intensifica ao usarmos de um recorte de tempo mais longínquo da contemporaneidade. Fardo que recaiu sobre textos como “Acre, a Sibéria tropical: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910” de Silva (2013) ou mesmo de “A cavalo dado não se olham os dentes: O Bolivian Syndicate e a Questão do



Acre na Imprensa (1890-1909)” Albuquerque Franco que utilizaram como fontes de pesquisa os noticiários escritos da Velha República (2015). Logo, de modo resumido, somos levados a indagar se a imprensa escrita seria uma fonte de pesquisa válida e com representativa de uma população, que em sua maioria era iletrada ou não dominante da cultura letrada?

Respondendo a esta inquirição nos acode a chamada “função social da imprensa” em que se compreende a imprensa escrita sob a ótica da História Social enquanto “prática social”, ou seja, como colaborativa na construção de “memórias e viveres urbanos” como enfatizou Maciel (2008). E quanto maiores são as confirmações do analfabetismo, tanto mais diversos são os autores que nos apontam estratégias para o acesso à informação pela leitura coletiva da imprensa escrita nos fins do Império e início da República no Brasil, tal qual historiadoras como Del Priore onde se pode ler que:

[...] Em 1871, apenas 29 por cento da população era alfabetizada. Porém, as notícias circulavam por toda a cidade. Tanto entre a elite como entre as classes mais baixas, livres ou cativas, por meio de conversas informais. Nas ruas e praças, zungus e botequins, cafés e teatros, tudo se sabia. As sessões de “a pedidos” escoavam também críticas. Podiam ser expressas opiniões ousadas, pois tais cartas eram anônimas (DEL PRIORE, 2013, p. 167).

Ler textos em voz alta e em meio a aglomerados era forma de enfrentar a privação dos rudimentos da cultura letrada no alvorecer do XX, mal que prevalecia sobre os brasileiros (PINHEIRO, 2013). De tal sorte que as leituras grupais aconteciam nos logradouros públicos, nos locais de lazer e inclusive:

Em torno dos ambientes de trabalho, nas horas vagas do dia, leitores anônimos leem, em voz alta, “a fúria informativa” dos periódicos. [...] Às vezes, a leitura no trabalho traz transtornos, à medida que rouba o trabalhador da sua atividade profissional ou porque o jornal é visto com reservas (BARBOSA, 2010, p. 217).

Percebemos que as leituras coletivas nem sempre foram bem acolhidas, pois também funcionavam como distração nos espaços de trabalho. Ao mesmo tempo em que se evidenciava o “compartilhamento dos jornais” como alternativas para os analfabetos se informarem e lidarem com a cultura letrada. Igualmente é possível afirmar que tais características não foram exclusividades dos brasileiros, já que



encontramos relatos disto na Europa, conforme se lê em Williams sobre as interações entre imprensa e cultura popular na Inglaterra do XIX:

Desde o início do século [...] os jornais dominicais tinham circulação muito acima dos diários – um fator constante de expansão da imprensa até os nossos dias atuais. Seu público leitor era também mais amplo, em termos sociais, do que a imprensa diária. Eles eram comprados e trazidos não somente para clubes e cafeterias, mas também para barbearias, onde a visita dominical do trabalhador poderia significar sua única oportunidade de ler um jornal, ou ouvi-lo sendo lido (WILLIAMS e JANNUZZI, 2007, p. 23).

Já a participação e a visualização dos iletrados em jornais ocorriam nas representações feitas em matérias produzidas sob o olhar do outro, que por vezes, os caracterizava como elementos marginalizados submetidos e/ou sucumbidos à barbárie (GALVÃO, 1994). Ao mesmo tempo em que a falta de domínio do letramento também se apresentava na opção de textos (inclusive visuais, com gravuras e fotografias) que despertassem o interesse do povo.

As pessoas que não sabiam ler eram também consideradas como público alvo dos jornais, de forma que alguns dos principais periódicos da capital federal brasileira na primeira década do XX tinham pessoas destinadas a atender e anotar as reclamações e pedidos de publicações dos iletrados. O que nos faz compreender a possibilidade de visualização dos diferentes segmentos do público dos periódicos não apenas nos artigos que circulavam por aquelas folhas, mas ainda nas campanhas promovidas pelos periódicos, em seções de cartas e “a pedidos”, em colunas de reclamações ou mesmo em segmentos destinados a abordar a vida cotidiana “Pelos Subúrbios” como faziam *O Paiz*, e o *Correio da Manhã* na e nos conta Barbosa (2010) aduzindo que:

Os jornais não são apenas os “intermediários dos egoísmos”. São também os intermediários das queixas e das reclamações. Uma estratégia de poder e editorial que se reflete na conquista de mais leitores.

A visualização desses leitores não se faz somente pelas cartas que encaminham ou que ditavam aos redatores especialmente designados para redigirem suas reclamações. Também pelos textos que despertam a maior atenção do público, é possível descortinar a face oculta desse leitor e, sobretudo, as apropriações plurais que realiza. [...] (Ibid, pp. 220-1).



E é Barbosa que nos situa a respeito da interação nos primórdios do século XX entre público e os jornais como algo buscado intensamente e valorizado, de tão sorte que para além da procura por empatia em textos, também se estimulava o contato entre as gazetas e “leitores”, tanto por missivas quanto pessoalmente. Aliás, em alguns periódicos, como no caso do *Jornal do Brasil* se recebiam visitas não apenas para cumprimentos aos jornalistas, mas igualmente para anotação de queixas e pedindo informações.

Deste modo ficando marcado o deslocamento como outra característica na relação entre jornais e público leitor (ou “ouvidor”). Ao nos deparamos com o deslocamento do público a sede dos periódicos para participar (fosse uma informação ou solicitando redigir uma queixa) e a necessidade de deslocamento dos jornalistas para a averiguação de fatos, produção de material, divulgação e mesmo para vendas/distribuição dos jornais somos remetidos às particularidades dentro do contexto de funcionamento dos jornais escritos no início do século XX. E inegavelmente nos ocorrem os comparativos com a atualidade, introduzindo a perspectiva do uso das fontes hemerográficas dentro de diferentes temporalidades e espaços, formatos e meios.

Ao pensarmos na imprensa contemporânea invariavelmente nos ocorre a velocidade com que grande quantidade de informações são obtidas com breves cliques. Rapidez, proximidade e consumo de notícias que são evidenciados no crescimento dos canais dedicados exclusivamente a atender a demanda de informações renovadas – sejam eles na rede mundial de computadores, televisões de sinal aberto ou pago -, ou na ilustração de jargões relativos a constante atualização das informações “em tempo real”, sem nunca se desconectar. E na avidez e pressão pela corrida do novo dado nos saltam aos olhos as diferentes modalidades de veiculação do texto, bem como as suas formas de apropriação. Se há cem anos a leitura era coletiva em ambientes públicos, interagiam por cartas, telegrafos (MACIEL, 2005), telefonemas e contato físico (indo direto as sedes dos jornais), hoje são tempos da Internet com seus e-mails, redes sociais e a possibilidade de um jornalista ser quase auto-suficiente para a produção de um jornal escrito a ser divulgado em meio digital.

Voltando a atenção sobre o formato e conteúdo dos jornais na virada do século XIX para o XX é interessante observar que o uso da fotografia ocorria em menor



número se comparado com os jornais de hoje em dia. Isto porque, o período em comento, a fotografia ainda era recurso caro e novo. E quanto mais distante geograficamente fosse o periódico da capital federal, tanto mais escassas se tornavam as imagens, que naqueles casos eram em sua maior parte caracterizadas por ilustrações (ALBUQUERQUE FRANCO, 2015). No entanto, isso não impede que as imagens dessas gazetas se tornassem fontes historiográficas.

Para além das diferenças advindas da linguagem visual de fotografias e ilustrações, distintas as percepções dos traços editoriais, gráficos e de diagramação, afora o quantitativo total de páginas por edição, suas periodizações (de diários, semanários, quinzenais, semanais), bem como as formas de distribuição e aquisição dos jornais.

Concernente à agilidade de chegada das notícias, que hoje muito devem a internet, no início do XX decorriam dos telefones, telégrafos e agências de notícias, conforme nos recorda Maciel (2005). E por consequência, em lugar do “tempo real” tão corriqueiro em nosso cotidiano, a busca de atualização gerava aos periódicos a publicações de edições matutinas e vespertinas como no caso do *Jornal do Brasil* a partir de 1901 (o que não significava tiragens com igual número de exemplares), acarretando a circulação de periódicos em apenas um turno específico do dia e que se explicitava em suas denominações como *Correio da Manhã* ou *A Noite*.

Também se distinguem o passado e o presente quanto às formas de ler os jornais, visto que na transição do Império a República no Brasil costumeiramente se faziam leituras coletivas do texto impresso em papel, mas em seu lugar, nessa segunda década do século XXI cresce o número dos que leem individualmente a versão digitalizada dos periódicos em seus equipamentos de tablets, notebooks e celulares. Indissociável desse fenômeno é o destaque dado às imagens (fotos e vídeos) que ganham mais espaço e funcionam como modalidade de interação entre leitores e jornais.

E concomitantemente à nova forma de leitura e relacionamento entre periódicos e público, crescente é a preocupação com a memória e suas possibilidades de acesso, assim como se constituem as digitalizações das hemerotecas de âmbito público e privado. Merecendo destaques: a Hemeroteca Digital Brasileira, instituições como o



Centro de Pesquisa e Documentação do *Jornal do Brasil*³ e memórias de empresas privadas tal qual o Acervo do Estadão em que se encontram as edições anteriores do diário *Estado de S. Paulo*⁴ sem perdermos de vista as experiências internacionais a exemplo do Newspaper Archive.⁵

O crescimento das hemerotecas digitais nos coloca contendas acerca da digitalização de informações (formatos, durabilidade e usos), bem como da democratização de acesso (envolvendo critérios inclusive quanto à gratuidade ou não), também alteram a dinâmica das distâncias, tempos e recursos humanos no desenvolvimento de pesquisas em fontes hemerográficas. Por conseguinte, tornam prementes os diálogos entre a História da Comunicação (RIBEIRO e HERSCHMANN, 2008), História Digital (LUCCHESI, 2014), História Pública (ALMEIDA e OLIVEIRA ROVAI, 2011) e História do Tempo Presente (PADROS, 2004; FERREIRA, 2000; FIORUCCI, 2011) e evidenciam as necessárias discussões a respeito de intencionalidades, produtores e públicos dos periódicos.

Conjeturar sobre finalidades, lugares e os agentes de produção das notícias resvala no impasse da objetividade e igualmente no roteiro de procedimentos para o trabalho com fontes hemerográficas. Então, neste sentido útil é recordar as assertivas de Cruz e Peixoto desmistificando o caráter de documento monumento dos jornais e por consequência de sua imparcialidade vez que:

Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar (CRUZ e PEIXOTO, 2007).

E para superar o antigo dilema da fonte hemerográfica e ou dos jornais como objeto na “oficina do Historiador” ante a subjetividade e intencionalidade, afirmam Cruz e Peixoto que:

³ Composto por microfimes de todas as edições do Jornal do Brasil, fotografias e clipping de notícias que foram divulgados nas mídias. Disponibilizados no <http://cpdocjb.webnode.com/sitemap/>.

⁴ Acesso pelo endereço eletrônico <http://acervo.estadao.com.br/>.

⁵ Encontrado no endereço eletrônico www.newspaperarchive.com, é um site norte-americano de hemeroteca digital, no qual encontramos disponíveis à pesquisa – após processo de cadastramento e pagamento de taxa de manutenção – jornais norte-americanos datados desde 1607 até os dias atuais, além de exemplares de periódicos canadenses e do Reino-Unido.



Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas [...] é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica (Ibid).

Assim, tomando a imprensa como oriunda de conhecimento histórico, cultural, social e politicamente constituído (BARROS, 2012), ao dialogar sobre a Comunicação e História nos alertam Ribeiro e Herschmann (2008) daquilo que identificaram como propensões coletivas para os “impasses teóricos e problemas metodológicos”, que são:

Os “estudos regionais e locais”, carência de “pesquisa comparativa”, reduzida quantidade de “trabalhos síntese”, o uso do sudeste brasileiro como referência dominante na construção da historiografia da mídia, o “memorialismo”, foco na atuação de um indivíduo, desvalorização dos conflitos e “articulações entre ruptura e continuidade”, hegemonia do tom descritivo em desfavor do analítico, prevalência dos estudos centrados em História Política, bem como o desprezo pelo contexto externo e aspectos internos (Ibid).

Em combate ao desânimo que nos possa causar a observância desses embaraços de ordem teórica e metodológica, Luca (2005) fornece a sugestão de um modo de atuação. De acordo com a autora, se inicia com a busca de fontes e reunião em extensas e significativas quantidades. Depois é necessário situá-las dentro da História da Imprensa observando com cuidado as “características de ordem material (periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade)”.

Igualmente, dentro da proposta de Luca deve-se conhecer o método de ordenação do conteúdo dentro dos periódicos, além de “caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação”, qualificar os responsáveis pelo material publicado, assim como reconhecer os produtores (proprietários, financiadores, jornalistas e colaboradores) e destinatários dos periódicos, tal qual suas “fontes de receita”. E por fim, estudar o “analisar todo o corpus documental em conformidade “com a problemática escolhida.” Contudo, encerra afirmando:



Nunca é demais lembrar que não há uma receita pronta a ser aplicada e que os esquemas, por mais abrangentes que sejam, têm utilidade muito limitada, como você vai perceber assim que folhear sua fonte. A partir deste ponto a aventura é sua (2005, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, ao final deste nosso diálogo, sobre a interação entre História e Imprensa focado nas fontes de pesquisa, esperamos ter aclarado aos nossos interlocutores que a relação na escrita da História do Brasil é antiga e fecunda. De sorte que a nosso ver, antes mesmo da fundação da Imprensa Régia no Brasil, tais diálogos já tinham se principiado e marcavam o papel da Imprensa como fonte e objeto da historiografia.

E neste caminho, não obstante a existência de discussões a respeito da representatividade dos periódicos em uma sociedade com problemas no domínio do letramento, pacificamos os questionamentos com a identificação de estratégias dos iletrados para o trato com os jornais e visualizamos a presença e contato do público com aquelas folhas com as assertivas de Barbosa. E em que pesem as indagações sobre a objetividade, solucionam-se com a acolhida da perspectiva de “função social da imprensa” em acordo ao que escreveu Maciel.

Por outro lado, ao pensarmos a “História e a Imprensa” seguindo a lógica de Cruz e Peixoto quanto a uma “oficina do historiador” ressaltam-se as diferenças de tempo, espaço, formatos, finalidades, periodicidades, lugares de produção, produtores e público. Ao que se acrescentam os “impasses teóricos e problemas metodológicos” expostos em Ribeiro e Herschmann. Mas, concatenando-os sob a ótica de trabalho proposta por Luca, encontramos alento, apesar de não existir uma regra para o desenvolvimento de trabalhos que abordem o contributo do jornalismo e dos produtos jornalísticos para a escrita da História do Brasil, cabendo a cada um de nós escolher os rumos para nos aventurarmos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros de. **A cavalo dado não se olham os dentes: O Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na Imprensa (1890-1909)**. São Paulo: USP, 2015. 207 f. Tese (Doutorado em História Social) Apresentada junto ao Curso de Doutorado



Interinstitucional (DINTER) em História Social da Universidade de São Paulo/Universidade Federal do Acre.

ALMEIDA, Juliele Rabêlo de; OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia de (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. In: **Caderno de Pesquisa do CDHIS/UFU**. v.25, n.2, jul./dez. 2012. p. 407-429. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834>> Acesso em: 04 mar. 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: ____ PAULA, Eurípedes Simões de (org.). **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v. 2.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História: História e Imprensa*, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>> Acesso em: 3 set. 2013. P. 254.

DEL PRIORE, Mary. **O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'EU**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. P.167.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/517.pdf. Acesso em: 22 maio 2014.

FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, realizado de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Impressa. Disponível em: <<http://www.redealcar.com.br/>>. 2005. Acesso em 08 jun. 2014.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. In: Revista **Espaço Acadêmico**, n. 125, out. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12565>. Acesso em: 22 maio 2014.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a guerra de canudos nos jornais**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo, Escrita Editorial, 1991.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.



LUCCHESI, Anita. **Por um debate sobre História e Historiografia Digital**. Boletim Historiar, n. 02, mar. /abr. 2014, p. 45-57<| <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar> Acesso em: 15 jun 2015.

MACIEL, Laura Antunes. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Laura%20Antunes%20Maciel.pdf>. Acesso em: 15 mar 2016.

_____. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880 /1920. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 190-223, jan./dez. 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6356/3807>. Acesso em: 22 maio 2014.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Oralidade e letramento na Província do Amazonas (1850-1889). In: **Fronteiras do tempo: Revista de Estudos Amazônicos**, n. 4, 2013, p. 139-162.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. História da Comunicação no Brasil: um campo em construção. In: _____ (Org.) **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988, p.310.

SCHWARZ, Lilía Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 2015. P. 183.

_____. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Francisco Bento. **Acre, a Sibéria tropical: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910**. Manaus: UEA, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WILLIAMS, Raymond; B. JANNUZZI, Ricardo (Tradução); CRUZ, Heloisa de Faria (Revisão técnica). A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História: História e Imprensa*, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2202/1308>> Acesso em: 3 set. 2013.